



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Diretoria de Gestão Estratégica

Coordenação-Geral de Governança de Fundos

ATA DA 14ª REUNIÃO DO CONSELHO DIRETOR DO FNDCT

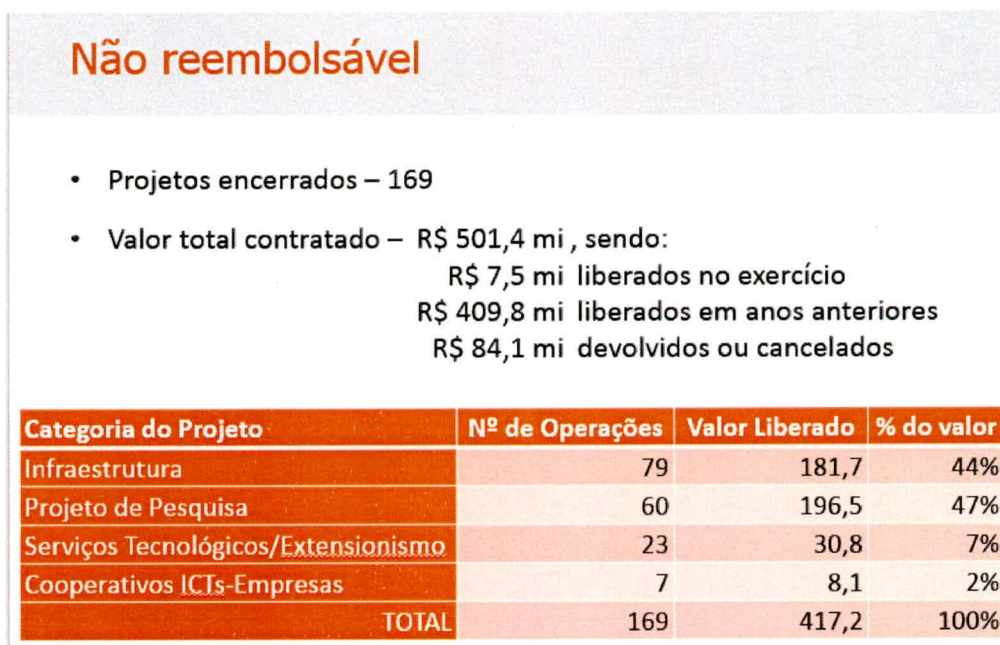
Abertura: Aos 20 (vinte) dias do mês de março de 2018, às 14:30 horas, na Sala de Reunião dos Conselhos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 5º andar, Brasília - DF, foi iniciada a reunião, com a participação dos seguintes membros e convidados do Conselho Diretor: do Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, **Elton Santa Fé Zacarias**, na qualidade de Presidente, em substituição ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, do representante **Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque**, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, do suplente **Ronaldo Souza Camargo** da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, do convidado Carlos Eduardo Gutierrez Freire da Finep, do convidado Wanderley de Souza da Finep, da convidada Andrea Totis da Finep, do convidado Rodrigo Fonseca da Finep, do representante **Mário Neto Borges**, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, do suplente **Marcelo Marcos Morales** do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, do representante titular **Flávio Augusto Correa Basílio**, do Ministério da Defesa – MD, do General **Decílio de Medeiros Sales**, neste ato representando o suplente General de Divisão Claudio Duarte de Moraes, do Ministério da Defesa – MD, do Gerente Capitão João Gonçalves Festas, do Ministério da Defesa – MD, do suplente **Igor Manhaes Nazareth**, neste ato representando o titular Marcos Vinícius de Souza, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC, do representante titular **Zarak de Oliveira Ferreira**, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, do representante suplente da Comunidade Científica, **João Batista Calixto**, da Academia Brasileira de Ciência - ABC, do representante da Comunidade Científica, **Luis Davidovich**, da Academia Brasileira de Ciência - ABC, da representante do Setor Empresarial **Idenilza Moreira Miranda**, da representante do Setor Empresarial **Idenilza Moreira Miranda**, indicada pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, do representante titular dos Trabalhadores da área de C&T, **Francisco Canindé Pegado do Nascimento**, dos servidores Johnny Ferreira dos Santos, Diretor da Diretoria de Gestão

Estratégica do MCTIC, dos servidores da Coordenação-Geral de Governança de Fundos – CGGF, da Diretoria de Gestão Estratégica do MCTIC, Viviana Simon, Priscilla Monteiro de Carvalho, Elenice Thomas Carvalho, Lilian Rose Peters, Márcia de Souza Godoi Alves, Rubens Gallina, Jair Rocha Alves, Débora Albuquerque, Queila Alves Reges. Em seguida, foi assinada a lista de presenças pelos presentes. O Presidente substituto do Conselho Diretor, **Elton Santa Fé Zacarias**, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, procedeu à abertura da reunião agradecendo a presença de todos e passou a tratar dos seguintes itens constantes da pauta: **1. Aprovação e assinatura da ata da 13ª Reunião do Conselho Diretor do FNDCT:** o Presidente sugeriu que devido a extensão da ata da 13ª Reunião do Conselho Diretor do FNDCT, todos façam suas contribuições diretamente ao Serviço de Apoio aos Colegiados da Coordenação-Geral de Governança de Fundos por meio do correio eletrônico seaco@mctic.gov.br e na próxima reunião a ata será colocada em deliberação. O Presidente da Finep, Marcos Cintra, questionou a necessidade das atas do Conselho Diretor serem tão detalhadas, e o Diretor de Gestão Estratégica do MCTIC, Johnny Ferreira dos Santos, esclareceu sobre a importância do modelo de ata adotado, que tem sido um bom instrumento de registro das decisões proferidas pelo Colegiados, além de que, é um documento rotineiramente solicitado pelos órgãos de controle durante as auditorias junto ao FNDCT.

2. Execução orçamentária e financeira do FNDCT 2017: O Superintendente da Área da Secretaria Executiva do FNDCT na Finep, Carlos Eduardo Gutierrez Freire, relatou que a proposta do plano de investimentos apresentado e aprovado na reunião anterior do Conselho Diretor, ocorrida em setembro de 2016, não contemplava a dotação orçamentária em sua totalidade, mas apenas o limite orçamentário disponível na ocasião. Em consonância ao discutido junto ao Conselho Diretor, o MCTIC, após esforço junto aos órgãos responsáveis, conseguiu ampliação de limites no final do ano de 2017, melhorando o cenário orçamentário e financeiro do FNDCT. Assim, foi possível executar mais do que o apresentado anteriormente ao Colegiado, sendo que as prioridades previamente definidas foram mantidas, ou seja, foi dada continuidade aos projetos já contratados ou contratou-se ações já selecionadas e lançadas em exercícios anteriores. Assim, diante da ampliação do limite em 44,5%, o representante da Finep informou que seria importante a convalidação desses atos que foram feitos dentro das prioridades definidas pelo Conselho Diretor. Em complemento, o Presidente substituto informou que essa ampliação de recursos no final de 2017 foi um trabalho do Ministro Gilberto Kassab e, em seguida, passou a palavra aos conselheiros para que se manifestassem quanto a convalidação do cenário apresentado pela Finep. O representante titular do Ministério da Defesa, Flávio Augusto Correa Basílio, parabenizou os resultados alcançados por meio dos esforços do MCTIC, ponderando que apesar da melhora na execução, diante do que se tem aprovado, ainda é preocupante o passivo que está pendente de análise e questionou como estaria o saldo de operações

que foram aprovadas no passado, mas ainda não foram executadas, e ainda, como estão as prioridades em relação a essas operações porque muitas foram concedidas. Questionou ainda quanto do limite total disponibilizado foi executado pela Finep. Ato contínuo, o Sr. Gutierrez, da Finep, esclareceu que foram executados 99,7% do limite liberado, não sendo 100% por conta de intercorrências de última hora junto ao Siafi. O Presidente substituto informou ainda que o MCTIC como um todo executou 99,85% do limite liberado. **3. Relatório de Resultados do FNDCT 2016 - conforme determinação do TCU no Acórdão 3440/2013 – apresentação Finep:** O Superintendente de Planejamento da Finep, Rodrigo Fonseca, apresentou um resumo do Relatório de Resultados do FNDCT 2016, que já havia sido enviado na íntegra para o endereço eletrônico de todos os membros do Conselho Diretor, apresentando alguns pontos de destaque do referido Relatório, que demonstra os resultados dos projetos encerrados em 2016 em todas as modalidades de apoio. Informou ainda que a análise baseou-se nos dados dos sistemas de informação das agências executoras. Quanto aos resultados para o ano de 2016 do não-reembolsável foi apresentado o slide baixo:

Figura 01: Relatório de Resultados do FNDCT 2016 – Não Reembolsável.



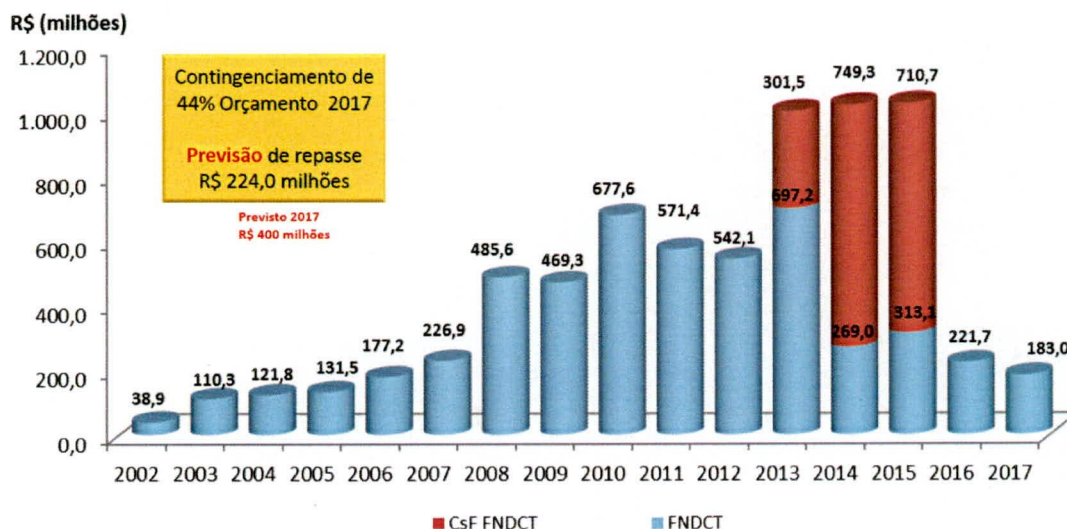
Destacou que a tendência para os próximos anos é que ficarão mais projetos de infraestrutura do que de pesquisa, extensionismo e cooperativos, principalmente por conta da redução orçamentária dos últimos anos. Em relação às bolsas, tanto da Finep quanto as aplicadas diretamente pelo CNPq, informou que em 2016 tiveram um total de 6.912 bolsas encerradas, sendo 5.755 do CNPq e 1.157 da Finep, o que resultou uma queda de 45,8% em relação a 2015. Sobre subvenção econômica informou que tiveram 36 projetos encerrados, num valor total contratado de R\$ 197,3 milhões.

Destacou ainda que 81% dos projetos foram de desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços, tendo 52% como contrapartida do valor total dos projetos. Em relação ao financiamento reembolsável informou que tiveram 32 projetos encerrados em 2016, tendo o valor da contrapartida corresponde a 18% do valor total contratado. O representante titular do Ministério da Defesa, Flávio Augusto Correa Basílio, informou que sentiu falta de algumas informações adicionais no relatório apresentado, sugeriu que seja demonstrado o que foi gerado de resultados e produtos, além da inserção no mercado com os recursos do FNDCT. O Presidente da Finep esclareceu que o monitoramento de impactos e de resultados sistematizado é também uma preocupação da Finep, bem como uma exigência dos órgãos de controle. Sobre esse assunto, informou que a Finep está fazendo avaliações pontuais de projetos específicos, como os de subvenção econômica e programas determinados e, adicionalmente, está sendo feita uma sistemática permanente dentro do próprio sistema da Finep com os dados correntes de cada projeto. Destacou que estão sendo contratados alguns projetos específicos de avaliação com instituições qualificadas no tema. O Conselheiro Flávio Basílio, completou dizendo que essa observação de se acompanhar mais a fundo os resultados obtidos com recursos disponibilizados pelo FNDCT foi objeto de trabalho também no âmbito do Ministério da Defesa em conjunto com o MCTIC; que foi estruturada a nova política da indústria de defesa, estabelecendo-se que um projeto para receber recursos deve previamente fornecer uma sinalização positiva de que a proposta apresentada pelo demandante esteja associada a uma produção industrial, para não se perder recursos com projetos sem êxito junto ao mercado. Ao concluir, colocou-se à disposição para contribuição junto aos trabalhos realizados para tratamento dos recursos do FNDCT. O presidente substituto ressaltou que o MCTIC retomou a discussão do Modelo de Avaliação Global – MAG, por meio da Coordenação-Geral de Governança de Fundos, que está programando a primeira reunião do grupo para definir o funcionamento do modelo de avaliação. O Conselheiro Luis Davidovich informou aos Conselheiros que o tema tratado é extremamente importante e reiterou a necessidade de divulgação dos resultados obtidos com recursos do FNDCT, já tratado na 13ª reunião do Conselho Diretor, onde foi sugerido que fosse feito um trabalho de divulgação de resultados com uma linguagem mais acessível à população, e ainda, colocou a Academia Brasileira de Ciência - ABC à disposição para trabalhar em conjunto, a fim de se reforçar, nos mais diversos segmentos da sociedade, a importância da ciência, tecnologia e inovação. Por fim, o representante suplente do CNPq, Marcelo Morales, sugeriu que para se obter a sistematização do relatório de desenvolvimento de produtos e processos, fosse delegado às próprias empresas a prestação de informações mais detalhadas, juntamente com o relatório de prestação de contas, para assim compor o levantamento de dados dos resultados obtidos com recursos do FNDCT. **4. Apresentação CNPq;** O Presidente do CNPq e Conselheiro, Mário Neto Borges, iniciou a

apresentação dos resultados do CNPq com recursos do FNDCT explicando o gráfico abaixo, onde constam as receitas do FNDCT no que cabe ao CNPq, além do histórico da execução entre 2002 a 2017. Destacou que a parte em vermelho se refere ao programa Ciência sem Fronteiras, que demonstra o grande volume de receita utilizado no Programa em exercícios anteriores.

Figura 02: Receitas do FNDCT ao CNPq – 2002 a 2017.

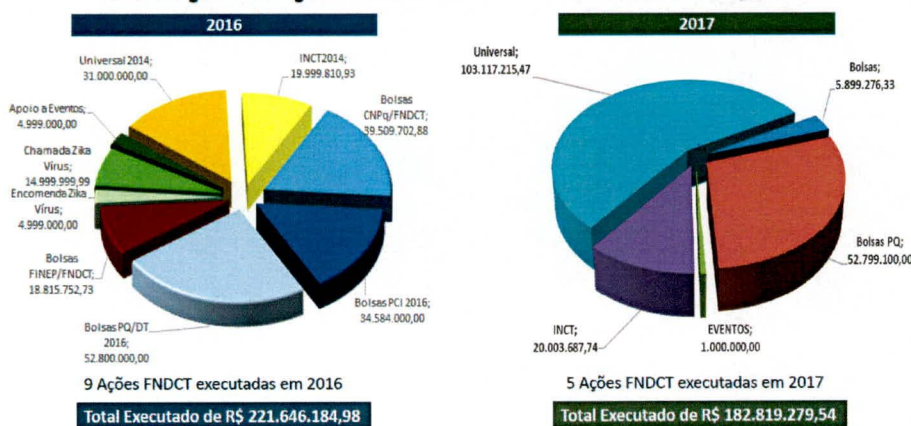
Receitas do FNDCT ao CNPq– 2002 a 2017



Relatou que em 2017 executado aproximadamente R\$183 milhões dada as limitações orçamentárias. Relatou que nesses anos não houve devolução de valores, ou seja, houve 100% de execução. Apresentou o slide abaixo que demonstra a execução orçamentária e financeira do FNDCT 2016/2017, destacando-se que em 2016 o valor foi mais dividido, enquanto em 2017 ficou mais concentrado no edital universal, nos INCT's que é um programa prioritário da Presidência da República, aporte para eventos e as bolsas PQ, que são projetos da FINEP transferidos para o CNPq.

Figura 03: Execução Orçamentária do FNDCT – 2016/2017.

Execução Orçamentária do FNDCT–2016/2017



Em seguida, passou a tratar da necessidade para o período de 2018 a 2020, que inicialmente era de aproximadamente R\$502 milhões, porém, devido ao cenário atual do orçamento, os valores deverão ser revistos. Destacou que o CNPq tem fomento e ações até 2013 com uma dívida em torno de R\$172 milhões. Sobre o Edital Universal 2018 destacou a importância desse chamamento, no valor de R\$ 150 milhões, pois atende toda a ciência. Ainda sobre o edital Universal 2018, o Conselheiro Luís Davidovich discorreu sobre a importância dessa ação, relatando que o edital universal tem um papel muito importante para a ciência brasileira, pois abrange os jovens pesquisadores, aqueles que não estão incluídos em grandes grupos, que terminaram seu doutorado no Brasil ou que chegam no Brasil depois de um pós-doutorado com novas ideias, porém, às vezes se perdem pelo caminho por falta de estrutura e amparo, conseqüentemente desperdiçando recursos. Concluiu dizendo que o edital universal aponta para esse grupo de pessoas, dando recursos para que eles possam iniciar seu próprio laboratório, fazendo seus próprios experimentos, principalmente na parte experimental, que é muito importante. O presidente do CNPq complementou dizendo que o edital universal de 2016 contemplou mais de cinco mil projetos, que abrangem todos os estados da federação, três classes de pesquisadores e envolvem mais de quatrocentos laboratórios e mais de três mil pesquisadores associados a esses projetos. Além disso, são concedidas bolsas de apoio técnico dentro do projeto que mantem os laboratórios funcionando. Em seguida apresentou a necessidade orçamentária para o CNPq no valor de, pelo menos, R\$ 371,67 milhões. Em continuidade, o conselheiro Luís Davidovich perguntou se em 2019 haverá outra chamada, e o Presidente do CNPq respondeu que não, pois as chamadas ocorrem costumeiramente a cada dois anos. O presidente do CNPq informou algumas limitações para a execução das ações do FNDCT, a interrupção no fluxo de recursos de fomento desde 2014, onde houve o represamento de ações de fomento, dificuldade frente aos normativos legais, pois a parceria entre a FINEP e o CNPq são feitas por meio de termos de referência e Termo de Execução Descentralizada. E ainda, lembrou ainda da necessidade de pagamento das dívidas em restos a pagar com Estados, como os programas que foram criados, PPEX, POMEX e posteriormente o PRONEN, que são parcerias com as fundações estaduais de amparo a pesquisa nos Estados e contam com recursos do FNDCT. Ato contínuo, apresentou uma análise de resultados, e começou demonstrando a distribuição geográfica dos bolsistas pagos com recursos do FNDCT em 2017, destacando que abrange quase todo o Brasil, inclusive no que tange as bolsas PQ, que no Brasil já está praticamente em todos os Estados da Federação, tendo como exceção apenas Roraima, o único Estado que não tem uma fundação de amparo a pesquisa. Informou que os bolsistas do INCT, que já é o maior programa do Brasil, que envolve recursos do FNDCT, do CNPq e da CAPES, atualmente possui 102 projetos em andamento, em várias áreas do conhecimento, que apresentam resultados muito importantes. Logo após, passou a relatar as principais ações de fomento à pesquisa com

recursos do FNDCT para atender demandas estratégicas, como a nanotecnologia, biotecnologia, dando destaque ao programa Zika, laboratórios nacionais agropecuários, institutos nacionais de tecnologias - INCTs, dentre outros. Ao final, destacou as ações suspensas diante da falta de recursos do FNDCT e os prejuízos ocasionados, quais sejam: Centros e Museus de Ciência do Brasil e Inovação nas Empresas, chamadas n°s 61 e 92 que contemplam o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT e Senai-Sesi, o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCR, o Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, as parcerias com os Estados (PPP, PRONEM e PRONEX). O representante titular do Ministério da Defesa, Flávio Augusto Correa Basílio, expôs a preocupação que existe quanto ao passivo existente até 2013, pois com o teto de gastos, para que se abra espaço para novas despesas, é necessário que outras saiam do orçamento, e como as despesas apresentadas pelo CNPq consome mais de 50% do orçamento, é necessário avaliar se o passivo previsto deverá realmente ser executado ou, se for o caso, cancelado, para que novas bolsas aconteçam. Uma segunda consideração foi sobre a dificuldade do Ministério da Defesa quanto a formação de parcerias estratégicas com empresas e universidades para atender programas militares. Diante disso, ressaltou a importância do CNPq olhar com maior atenção para projetos com demandas militares e, principalmente, os que estão desenvolvendo atividades industriais, pois pequenos recursos podem gerar uma diferença substancial nesses casos. O Presidente substituto, Elton Santa Fé, informou que o assunto sobre as dívidas referente ao ano de 2013 foi tratado durante a reunião do Comitê de Coordenação executiva do FNDCT, e reiterou a solicitação ao CNPq e à Finep, para que atuem para analisar os projetos e tentar reduzir o montante passivo. O Presidente do CNPq, Mário Neto Borges abordou o tópico já tratado no primeiro ponto, e argumenta se o FNDCT realmente deveria estar vinculado a esse teto de gastos. Em resposta ao questionamento, o Presidente substituto respondeu que o questionamento pode ser objeto de discussão mas que, conforme a legislação vigente atualmente o FNDCT também deve obedecer o teto de gastos. O Conselheiro Mário Neto Borges questionou se o contingenciamento está no seu valor total e o Presidente substituto respondeu que os valores da reserva de contingência não poderão ser contabilizados no orçamento e o limite é aquele que está disponibilizado, no valor de 1,1 bilhão para o reembolsável e mais 1,1 bilhão para o não reembolsável, totalizando 2,2 bilhões. Mário Neto ressalta a importância das mudanças necessárias para o bom funcionamento do FNDCT. O Presidente substituto, Elton Santa Fé, destacou que o orçamento do Ministério, como um todo, é 23% inferior ao do ano de 2017, já incluído o CNPq, os Fundos Setoriais e a estrutura do Ministério (institutos, organizações sociais, etc). O representante do Ministério da Defesa, Flávio Augusto Correa Basílio, falou que a cada ano, ao não aprovar a reforma da previdência, retira-se do orçamento o montante total de R\$ 50 bilhões de reais, logo o teto de gasto é restritivo para qualquer ação de qualquer Ministério. Mantendo-se a situação atual, com a



impossibilidade de haver aumento de gastos, e considerando que a despesa previdenciária aumenta mais de R\$ 50 bilhões, deve haver uma retirada dos outros Ministérios do mesmo montante, todos os anos. O Conselheiro Mário Neto Borges destaca que a CAPES já está coordenando uma proposta para a implantação de um fundo privado para a Ciência, Tecnologia e Inovação, onde o CNPq já está com três parcerias com as Forças Armadas. Em parceria com a Marinha, existe um apoio específico, com bolsas de pós-doutorado, que são solicitadas de acordo com a demanda da Marinha. Já com a Aeronáutica, por meio do ITA e a EMBRAER, com o doutorado acadêmico industrial, existe uma novidade que foi implantada, a fim de resolver problemas relacionados aos interesses da indústria e forças armadas.

5. Relatório de auditoria da CGU. 6. Recomendações ao Conselho Diretor. O Presidente substituto passou a tratar dos itens 5 e 6 da pauta fazendo uma breve contextualização sobre a auditoria realizada pela CGU, informando que antes esta era feita diretamente na Finep pela unidade da CGU no Rio de Janeiro, e agora, pela primeira vez está sendo feita pela equipe de Brasília, que iniciou os trabalhos auditando as contas do Fundo relativo ao exercício de 2016, porém, no decorrer dos trabalhos, abarcaram também exercícios anteriores (adentrando nos últimos oito anos). Expôs ainda que foram feitas recomendações para todos os Comitês e ao Conselho Diretor. No entanto, o MCTIC não concorda com o resultado da auditoria e o Ministro Gilberto Kassab encaminhou uma nota ao TCU expondo a discordância desta Pasta em relação ao relatório de auditoria apresentado. Informou que a CGU e o MCTIC terão novas reuniões para tratar dos pontos abordados pelo Órgão de Controle. Em seguida, passou a palavra para o Diretor de Gestão Estratégica, Johnny Ferreira dos Santos, que complementou a fala do Presidente, informando que se trata de uma auditoria de contas relativa a 2016, porém, aumentaram o escopo da auditoria englobando anos anteriores. Informou ainda que ao todo foram quatorze recomendações analisadas e questionadas pelo MCTIC e que serão feitos debates sobre cada ponto levantado e até mesmo sua viabilidade de implantação e adequação. Ao final sugeriu aos Conselheiros que se inteirem mais profundamente sobre as recomendações específicas ao Conselho Diretor, constantes no relatório da CGU que foi previamente distribuído aos membros do Colegiado, para posterior discussão junto ao Conselho Diretor. O representante dos Trabalhadores da área de C&T, Francisco Canindé Pegado do Nascimento, informou que os conselhos dos quais participam, Codefat e CCFGTS, também foram auditados pelos Órgãos de Controle e que também foram necessários grandes esforços para dirimir as recomendações. Diante disso, sugeriu que o tema seja tratado com maior ênfase pelo Conselho Diretor e que seja feita, caso necessário, reuniões extraordinárias para tratar especificamente deste tema, devido sua complexidade. O Diretor de Gestão Estratégica concordou com o exposto e reiterou a ideia de que após a reunião com a CGU para depurar o exposto no relatório, o tema seja reapresentado o mais breve possível ao Conselho Diretor para conhecimento e manifestação deste.

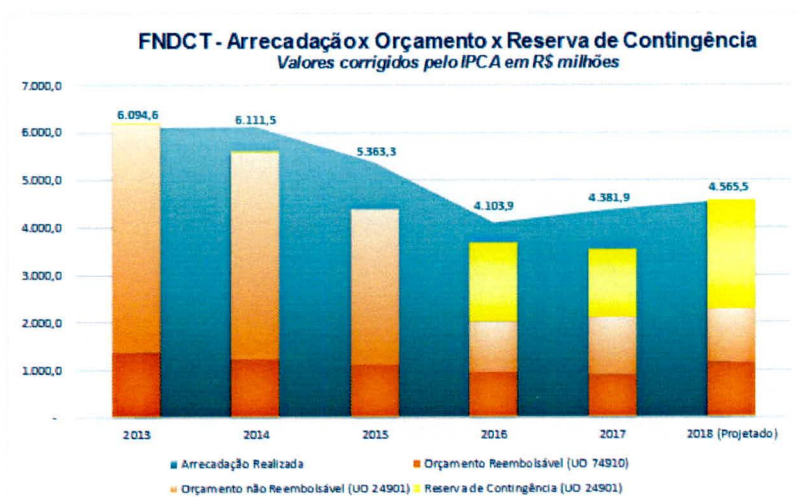
Registrou ainda que uma das queixas feita pela CGU foi a aprovação tardia do plano de investimento, o que não ocorre neste ano, inclusive o plano de investimento para 2018 está sendo aprovado na presente reunião, dentro do prazo correto, além de outros apontamentos que foram feitos e já estão sendo objeto de melhorias junto à governança do Fundo. Ao final, o Presidente adicionou que o referido relatório da CGU foi protocolado no MCTIC no dia 19 de dezembro de 2017, o que impossibilitou a adequada contestação devido ao período e por contemplar assuntos dos últimos dez anos de gestão do Fundo. Afirmou ainda que logo o assunto será novamente trazido ao Conselho Diretor para discussão. O representante titular do Ministério da Defesa, Flávio Augusto Correa Basílio, destacou que na parte final do relatório da CGU consta que não houve dano ao erário, porém, reforçou problemas na governança do Fundo que resultaram em nove recomendações direcionadas ao Conselho Diretor. Diante do exposto sugeriu que fosse feita uma reunião extraordinária do Colegiado para avaliar e tentar corrigir todas as recomendações apontadas e que fosse feita uma reunião para ajustes junto com a CGU, onde o Conselho expõe seu posicionamento sobre o tema a fim de se chegar a um denominador comum para ambos os lados e que haja atendimento às expectativas quanto à governança. **7. Para deliberação: Relatório de Gestão do FNDCT 2017 para posterior envio ao TCU:** O Superintendente de Planejamento da Finep, Rodrigo Fonseca, iniciou a apresentação abordando o Relatório de Gestão do FNDCT, onde a Finep, CNPq e os Ministérios estão unindo esforços para qualificar a governança do FNDCT e deste Conselho. É um trabalho que já vem sendo realizado regularmente pela Finep e submetido à aprovação. Trata-se de um relatório complexo, envolvendo muitos dados de execução orçamentária, onde é possível visualizar com clareza a execução do fundo referente ao ano de 2017. Dando prosseguimento, fala que o plano de investimentos de 2017 foi aprovado na 13ª Reunião do CD-FNDCT, com a diretriz de priorizar o atendimento dos compromissos então assumidos pelas Agências em ações autorizadas pelos planos de investimentos anteriores que contavam com previsão orçamentária. Conforme orientação do plano de investimentos, não haveria disponibilização para a realização de novos investimentos. O Superintendente da Finep, demonstra uma queda da arrecadação, que houve um pico em 2015, mantendo-se em torno de R\$ 4.700, R\$ 4.200 milhões, e a disponibilização de recursos vem reduzindo paulatinamente ao longo dos anos. Do ponto de vista da arrecadação do Fundo, é possível verificar que a arrecadação das fontes nos Fundos Setoriais e o retorno do empréstimo à Finep, que ultrapassam o montante de R\$ 500 milhões, de 2016 para 2017 passa para R\$ 560 milhões, ocasionado um aumento de 10%, sendo que a arrecadação total do fundo aumentou em 2%. A tendência é que o retorno do empréstimo da Finep vá se tornando uma das principais fontes de arrecadação do Fundo ao longo do tempo. Carlos Eduardo Gutierrez Freire da Finep relata que a equalização poderia ser paga integralmente com os recursos dos juros que a Finep

paga ao FNDCT. Dando continuidade, Rodrigo Fonseca relatou sobre o empréstimo, que tratam-se de valores que estão sendo desembolsados ano a ano e o quanto está sendo devolvido para a Finep de juros e principal, a carência da Finep é de 5 anos, com mais 15 anos para quitar o total, sendo que agora a tendência é o crescimento, pois está crescendo o volume de retorno, dado o fim da carência dos principais anos. Finalizou dizendo que o Fundo tem uma poupança feita na Finep. Em pouco tempo, o Fundo conseguiria sustentar todo o não reembolsável somente com o retorno do empréstimo que deve chegar a 1 bilhão em 2020 ou 2021. Conseguiria sustentar toda a parte não-reembolsável com o retorno da Finep. Já existe a proposta de se transformar o Fundo em um fundo financeiro para que o retorno possa ser efetivamente utilizado, atualmente ele compõe uma das fontes do Fundo e auxilia o Tesouro a ter que colocar menos recursos no FNDCT. Menciona que na Lei Orçamentária Anual de 2017: a reserva de contingência foi de 53%, as ações orçamentárias consumiram 42,7% e a taxa de administração mais as despesas 3,5%. O orçamento autorizado por grupo de ações foi de 13% para ações transversais, operações especiais (que inclui subvenções, equalização e investimento foi de 17%). Já para as demais ações houve um resíduo, os fundos verticais, fundos setoriais totalizaram 13%, na LOA 2017, então, o executado, os pagamentos por grupo de ações retirando os restos a pagar de anos anteriores foram pagos 34% na ação transversal, 43% nas operações especiais, 20% no vertical e o reator multipropósito, acabou se reduzindo a 1,2%. Luís Davidovich, da Academia Brasileira de Ciências questionou se a reserva de contingência leva em conta os recursos adicionais de final de ano, ao que Carlos Eduardo Gutierrez Freire, da Finep, respondeu que os recursos de final de ano foram de limite e não de orçamento, pois o limite para empenho era menor que o orçamento, a reserva orçamentária permaneceu como estava. O Superintendente de Planejamento da Finep, Rodrigo Fonseca retomou a apresentação sobre as metas incluídas na LOA, os pagamentos efetuados e os restos a pagar. mencionou as recomendações do TCU – relativas a prestação de contas de convênios. Também houve a recomendação da inclusão dos membros do CD-FNDCT no rol de responsáveis pelas contas do Fundo. O pedido já foi atendido. A visão geral do relatório de gestão do FNDCT trata sobre a dificuldade da disponibilidade de arrecadação e orçamento reduzido e disponibilidade de limite financeiro que gerou um número menor de apoio a projetos. Encerrada a apresentação o Presidente Substituto mencionou que a proposta de Relatório de Gestão havia sido encaminhado na íntegra para todos os Conselheiros, pois conforme determinação dos Órgãos de Controle, o Conselho Diretor deve apreciar, aprovando-o ou não. Dito isso, abriu a palavra aos Conselheiros. Iniciou-se uma discussão sobre outros itens de pauta e a Coordenadora-Geral de Governança de Fundos ressaltou a importância da deliberação do Relatório de Gestão que deve ser enviado para o TCU e que o prazo é no dia 30/03 e que o relatório na íntegra foi enviado para o e-mail de todos os conselheiros há mais de 10 dias. O Presidente

Substituto reiterou a importância. Zarak de Oliveira Ferreira, representante do Ministério do Planejamento, questionou se o Relatório de Gestão de 2017 estaria atrelado a algum desses itens do relatório de auditoria da CGU, se teria que se esperar, momento em que o Presidente Substituto afirma que se trata do relatório anual de gestão de contas, que deverá ser enviado ao TCU e que as discussões das recomendações da CGU serão em data posterior. Nesse momento, após discussão os Conselheiros solicitaram a apresentação do item 8 para posterior discussão sobre o relatório de gestão do FNDCT. **8. Visão geral orçamentária e financeira:** O Superintendente da Área da Secretaria Executiva do FNDCT na Finep, Carlos Eduardo Gutierrez Freire, iniciou sua apresentação demonstrando o slide abaixo que trata da evolução do orçamento desde 2013 a 2018.

Figura 04: Evolução do Orçamento 2013-2018.

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO 2013-2018

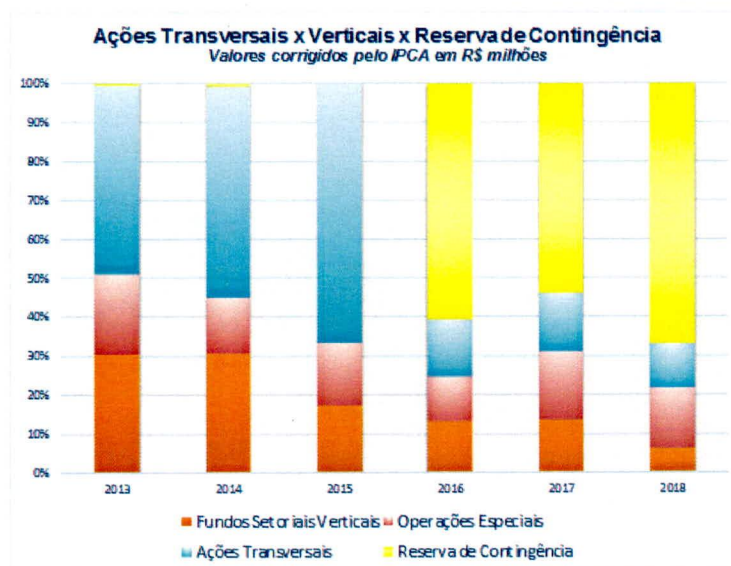


Em seguida, destacou que o orçamento global têm sido reduzido. Em contraponto a reserva de contingência vem aumentando consideravelmente, o que prejudica, principalmente, ações como o pagamento de bolsas pelo CNPq. Com intuito de frisar o impacto negativo da reserva de contingência perante as ações transversais e verticais, apresentou o slide abaixo.

Em branco até a figura 05.

Figura 05: Evolução do Orçamento 2013-2018:

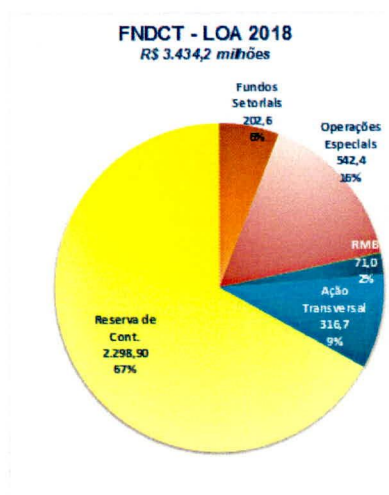
EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO 2013-2018



Apresentou a disposição do orçamento frente a LOA prevista para 2018, demonstrada no slide abaixo:

LOA 2018

R\$ milhões	Orçamento 2018 LOA
Fundos Setoriais	202,6
Aeronáutico	2,0
Agropecuária	7,0
Ambiência	1,5
Biotecnologia	3,0
Energia Elétrica	3,7
Especial	0,2
Informática	1,2
Informática (PACTI)	0,2
Info-estatística	159,0
INOVAR-AUTO	0,4
Petróleo	4,5
Recursos Humanos	3,2
Saúde	6,0
Setor Mineral	0,5
Transportes	0,2
Transportes Aquaviários	2,0
Verde-Amarelo	8,0
Operações Especiais	542,4
E qualificação	433,6
Participação no Capital	8,9
Subvenção	99,8
Ações Transversais	316,7
Demais Ações do FNDCT	73,6
Resto Multipropósito - RMB	71,0
Projetos Institucionais de C&T	1,5
Promção de Eventos	1,1
Total FNDCT Não Reembolsável	1.135,3
Reserva de Contingência	2.298,9
Total LOA FNDCT	3.434,2



Em continuidade, informou que a Finep teve como premissa na construção do cenário orçamentário e financeiro 2018 os seguintes pontos: a) para a carteira contratada, o cenário projetado foi de empenho de uma parcela de cada projeto. Parcelas já empenhadas e inscritas em restos a pagar não estão incluídas neste quadro, pois não consomem orçamento do exercício presente; b) para a carteira de projetos selecionados em contratação, o cenário projetado foi de empenho da primeira parcela prevista do cronograma; c) para o CNPq, foram considerados a totalidade dos saldos dos TEDs em

vigor e o complemento do Edital Universal 2016; d) não foram computados nas tabelas que serão apresentadas os valores relativos a taxa de administração e despesas operacionais. Estes correspondem a aproximadamente R\$ 100 milhões e serão empenhados na medida em que os gastos forem sendo apurados. O representante dos Trabalhadores de C&T, Francisco Canindé, manifestou-se dizendo que o cenário apresentado é lamentável. Informou que o Relatório de Gestão do ano de 2017 já se encontra executado e colocado em prática, restando apenas a aprovação pelo Conselho Diretor. Destacou que o FNDCT teve uma queda significativa com a saída dos recursos do petróleo, com o aumento da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e da reserva de contingência. Assim, questionou o que será viabilizado diante desse cenário orçamentário atual, pois existe carteira de projetos já aprovados, bem como novos projetos ou novas chamadas públicas. Ao final, o Presidente substituto informou que há uma expectativa de lançamento de nova chamada pública que será apresentado no Plano de Investimentos de 2018, que é um plano modesto em face da atual situação financeira, mas é uma sinalização ao mercado de que o Fundo permanece ativo e pretende financiar novas ações. Finalizada a apresentação e discussões do item 8 foi retomada a discussão do item 7 (Relatório de Gestão do FNDCT). Aberta a palavra pelo Presidente Substituto, os Conselheiros consideraram aprovado o Relatório de Gestão do FNDCT do exercício de 2017, exceto pelo representante titular do Ministério da Defesa, Flávio Augusto Correa Basílio, que relatou que o e-mail encaminhado não foi recebido pelo Ministério da Defesa por este ter uma proteção cibernética muito forte, impossibilitando-o de analisar o referido relatório em tempo hábil. Preliminarmente mencionou que iria se abster de votar e depois solicitou que preferia se manifestar posteriormente, se fosse possível, momento em que, com a concordância de todos, o Presidente concedeu prazo de até cinco dias para o Conselheiro manifestar-se por meio eletrônico, a fim de constar em ata. Diante disso, o Conselheiro Francisco Canindé solicitou que até a data do envio do relatório ao TCU fosse encaminhada uma nota aos Conselheiros com os apontamentos do Ministério da Defesa. Posteriormente, na data de 23/03/2018, o Conselheiro Flávio Augusto encaminhou manifestação, por meio eletrônico, com cópia a todos os Conselheiros do Conselho Diretor, e, portanto, já atendendo a solicitação feita pelo Conselheiro Canindé, nos seguintes termos: *“Aprovo o Relatório de Gestão do Exercício de 2017 do FNDCT, com a ressalva de que devem ser observadas as recomendações do Relatório de Auditoria Anual de Contas do TCU, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento do Conselho Diretor em relação à implementação das ações sob monitoramento da CGU. Além disso, deve-se ressaltar que não foram cumpridos os objetivos delineados na Estratégia Nacional de Ciências, Tecnologia e Inovação (ENCTI) de reduzir a desigualdade regional (a grande maioria dos recursos foi aplicada nas regiões sul e sudeste) e de desenvolver os recursos humanos (os recursos aplicados na formação de recursos humanos totalizam uma pequena*

fração dos recursos investidos).” Assim, foi APROVADO o Relatório de Gestão do FNDCT 2017.

9. Para deliberação: Plano de Investimento 2018 - não-reembolsáveis; 10. Para deliberação:

Plano de Investimento 2018 - recursos reembolsáveis: a palavra foi passada ao Conselheiro Marcos Cintra, que iniciou sua apresentação, detalhando como os recursos serão efetivamente aplicados, quer seja com programas que já estão em andamento ou com novos programas. Para 2018, o empenho da carteira já selecionada em contratação deverá ser de R\$ 393,3 milhões de um total de R\$ 976,1 milhões de reais e em 2019, a previsão seria de R\$ 330 milhões e o remanescente para o ano de 2020. Para as ações transversais a demanda orçamentária de 2018 é de R\$ 953,8 milhões, já para a subvenção o valor de de R\$ 164,5 milhões. Aos compromissos da carteira selecionada em contratação acrescentam-se os compromisso da carteira contratada, que somam R\$1.185,7 milhões, sendo R\$715,3 para 2018, R\$470,4 milhões para 2019 e R\$109,1 milhões para 2020. O Conselheiro relembra que nos quadros apresentados até aqui não constam previsões de novas ações, mesmo assim há um déficit de R\$ 102,2 milhões a ser cumprido. Menciona então que em 2018 existe a pretensão de lançamento de novas ações a serem ~~lançadas~~ implementadas pela Finep, quais sejam: subvenção econômica (citou alguns projetos, dentre eles o Centelha, o Tecnova II, subvenção econômica empresas); o bloco de projetos da ação transversal (ex: S.O.S. equipamentos, pesquisa de inovação e saneamento, cooperação internacional, edital universal e Pró-Antártica); ações do CT-INFRA. Os valores previstos para empenho em 2018 nessas ações a serem lançadas são de R\$ 142 milhões, para 2019 R\$ 280 milhões e 2020 R\$ 326 milhões. Mencionou que embora o orçamento esteja bastante apertado, existe um esforço muito grande para a retomada das ações em ciência, tecnologia e inovações. O Presidente Substituto complementou falando sobre as ações do CT-INFRA, cujo comitê gestor recentemente reuniu-se. Apresentado o plano de Investimentos, o Presdiente abriu a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro, Luis Davidovich, pediu a palavra e disse que concorda com a estratégia de lançamentos de novos editais e que ainda assim os recursos são poucos. Mencionou que na China recentemente o orçamento foi aumentado em 10% e que no Japão os colegas fizeram manifestação pois no prazo de quatro anos houve corte de 5% e estão extremamente preocupados, então imagine o nosso caso. Mencionou que o Presidente da Câmara dos Deputados solicitou à ABC e à SBPC que apresentassem projetos prioritários, sendo que um dos projetos escolhidos foi sobre a alteração da lei de responsabilidade Fiscal para que recursos de C&T não possam sofrer contingenciamento, além de outras. Ao final, reiterou a importância de novas chamadas e aprovou o Plano de Investimentos. O Conselheiro Canindé solicitou a palavra e pediu explicação sobre o que exatamente seriam as novas chamadas, sendo que foi explicado pelo Presidente da Finep Marcos Cintra, que todo o conjunto apresentado é de novas chamadas. O Conselheiro Canindé parabenizou o esforço da Finep e aprovou o plano de investimentos. O

Conselheiro Flávio, Ministério da Defesa, solicitou a palavra e disse as novas chamadas são importante, mas que não se pode esquecer o passivo e que as carteira antiga de projeto deve ser revista. Mencionou ainda a necessidade de estabelecer estratégias para a cooperação internacional, bem como para o atendimento aos laboratórios, que a Finep deverá evidenciar as razões dos laboratórios a serem atendidos. Ao final, mencionou que concorda com a estratégia adotada e que a defesa também tem muitos projetos na área que poderiam ser avaliados. O Presidente Substituto mencionou que até o momento somente as grandes áreas foram definidas, que houve um primeiro detalhamento no “caderno” da proposta do Plano de Investimentos, entregue na íntegra a todos os Conselheiros, e que haverá maior detalhamento ainda nos editais de chamadas. Mencionou ainda o Presidente Substituto que a minuta de resolução que está se trazendo ao Conselho Diretor traz a seguinte redação: “Art. 2º, Parágrafo único. Na disponibilidade orçamentária prevista no caput deste artigo deverão ser priorizadas: a) ações já contratadas em andamento; b) ações selecionadas em exercícios anteriores e não contratadas; c) novas propostas. Então, menciona o Presidente Substituto do CD/FNDCT, este será um trabalho de administração que terá que ser feito pela Finep. O Conselheiro Marcos Cintra pede a palavra e menciona que a Finep trabalha com ações a longo prazo e que, além disso, a contratação ocorre em média após dois anos da seleção. Menciona que nas agências de fomento internacionais é comum ter um passivo três vezes maior que o orçamento, pois trabalha-se a longo prazo. Ademais, se não houver seleção agora, haverá um prejuízo inverso na medida em que se não foram iniciados os editais agora, corre-se o risco de logo ficar dois anos sem ter projetos selecionados para alocar recursos. O Conselheiro Marcelo Salles, em substituição ao Conselheiro Mário Borges que teve que se ausentar, pediu a palavra e parabenizou pelos novos investimentos, e solicitou esclarecimento a respeito de recursos para o CNPq de termos de execução descentralizada, o que foi esclarecido pelo representante da Finep, Gutierrez. A representante da CNI pediu a palavra, Idenilza, representando a Conselheira titular Giana, parabenizou o esforço para novas ações, mencionou a importância do retorno da subvenção à pauta pois tem grande poder de alavancagem, prática crescente em outros países, mas que ainda assim, o volume de recursos deve ser maior pois o valor está muito abaixo do que se espera para projetos estruturantes, sem pulverização, com foco, conforme discussão trazida pelo Conselheiro do Ministério da Defesa. Finalizadas as discussões o Presidente colocou em discussão as quatro minutas de resoluções e questionou se a Finep faria apresentação sobre o plano reembolsável, momento em que o representante da Finep, Gutierrez mencionou que o reembolsável está inserido no plano de investimentos e fez uma breve explanação, inclusive a distribuição dos recursos por região, concentrado no sul e sudeste pela capacidade de pagamento/endividamento. Após discussões dos Conselheiros, foram aprovados os Planos de Investimentos 2018 reembolsável e não-reembolsável,

apresentado pela Finep, bem como as minutas de resoluções propostas, incluindo taxa de administração e despesas operacionais. O Presidente questionou aos Conselheiros se alguém mais teria questionamento ou manifestação, e, não havendo, o Presidente agradeceu a todos e encerrou a reunião. **11. Outros assuntos a serem encaminhados pelo Presidente durante a reunião.** Não houveram assuntos extrapauta.

Brasília, 20 de março de 2018.



ELTON SANTA FÉ ZACARIAS
Secretário-Executivo do MCTIC
Presidente Substituto do CD/FNDCT